

ATA DA DÉCIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-7-2023.

---

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dez horas e dezenove minutos, foi realizada a chamada para a décima sessão extraordinária, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Biga Pereira, Claudio Janta, Comandante Nádia, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 255, 303, 380, 381 e 382/23 (Processo nºs 0464, 0523, 0679, 0680 e 0681/23 respectivamente), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 368/23 (Processo nº 0647/23), de autoria de Sâmila Monteiro e Tiago Albrecht; o Projeto de Lei do Legislativo nº 369/23 (Processo nº 0648/23), de autoria de Tiago Albrecht; o Projeto de Lei do Legislativo nº 379/23 (Processo nº 0677/23), de autoria de Gilson Padeiro; os Projetos de Resolução nºs 054 e 056/23 (Processo nºs 0630 e 0688/23), de autoria de Engº Comassetto; Também, foi apregoado o Ofício nº 2225/23, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 018/23 (Processo nº 0696/23). Ainda, foi apregoado Requerimento firmado por Mauro Pinheiro, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia onze ao dia quatorze de julho do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Nereu D'Avila, informando-o que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de João Bosco Vaz, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia doze de julho do corrente. Às dez horas e vinte e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 016/23 (Processo nº 0635/23), após ser discutido por Tiago Albrecht, Jonas Reis, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Lourdes Sprenger, Comandante Nádia, Mônica Leal, Roberto Robaina, Giovani Culau e Coletivo, Alexandre Bobadra, Engº Comassetto, Márcio Bins Ely, Biga Pereira e Marcelo Sgarbossa. Em Discussão Geral e Votação foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 017/23 (Processo nº 0636/23), após ser discutido por Mari Pimentel, Cassiá Carpes, Prof. Alex Fraga, Tiago Albrecht, Airto Ferronato, Comandante Nádia e Giovani Culau e Coletivo, e encaminhado à votação por Mari Pimentel. Na oportunidade,

foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Mari Pimentel, ao Projeto de Lei do Executivo nº 017/23, bem como foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 017/23, por três votos SIM e trinta votos NÃO, em votação nominal determinada por Moisés Maluco do Bem, presidindo, tendo votado Sim Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Paulo Brum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Foram registradas as intenções de Márcio Bins Ely e de Jonas Reis em votar contrariamente à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Executivo nº 017/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 017/23, por trinta e dois votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal determinada por Moisés Maluco do Bem, presidindo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Paulo Brum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, e votado Não Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 226/23 (Processo nº 0423/23), por vinte e nove votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Paulo Brum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 125/23 (Processo nº 0267/23), por trinta e três votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Paulo Brum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Roberto Robaina em votar favoravelmente ao Projeto de Lei do

Legislativo nº 226/23. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando inclusão de matéria na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 120/23 (Processo nº 0256/23), por trinta e um votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Paulo Brum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 037/22 (Processo nº 0072/22), por trinta votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Paulo Brum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 411/22 (Processo nº 0848/22), por trinta e quatro votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nereu D'Avila, Pablo Melo, Paulo Brum, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Na oportunidade, foram registradas as intenções de Engº Comassetto e Mari Pimentel em votar favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 037/22. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Roberto Robaina, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22 (Proc. nº 0762/22). Foi apregoado Requerimento de autoria do vereador Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Pedro Ruas, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22. Foi apregoado Requerimento de autoria do vereador Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Roberto Robaina, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22 (Proc. nº 0762/22). Foi apregoado Requerimento de autoria do vereador Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 03 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22. Foi apregoada a Emenda nº 04, de autoria de Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22 (Proc. nº 0762/22). Foi apregoado Requerimento de autoria do vereador Idenir Cecchim,

solicitando votação em destaque para a Mensagem Retificativa nº 01, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/22. Às doze horas e trinta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

---

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Bom dia. Registro a presença do deputado Kaká D'Avila, nosso ex-colega aqui da Câmara. Seja muito bem-vindo sempre.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Mauro Pinheiro solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 11 a 14 de julho de 2023.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Mesa declara empossado o suplente, Ver. Nereu D'Avila, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

**Vereador Nereu D'Avila (PL):** Agradeço ao Presidente a posse recém acontecida e como sempre é uma honra voltar a esta Casa que por 34 anos procurei honrar. Muito obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. João Bosco Vaz solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia de hoje. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
**APROVADO.**

(10h23min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0635/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/23**, que autoriza o Executivo Municipal a contratar 30 (trinta) Agentes de Serviços Técnicos e Operacionais, por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. **(SEI 118.00462/2023-03)**

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 12-07-23.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em discussão o [PLE nº 016/23](#) (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público nas galerias e nas redes sociais; subo a esta tribuna para discutir este tópico que é muito importante para a cidade de Porto Alegre. Nós temos hoje uma Defesa Civil com apenas nove funcionários de carreira e dois CCs, que coordenam o processo. Eu fico pensando na situação da Defesa Civil, na situação dos problemas que nós temos na nossa cidade. Aliás, há reportagens, inclusive, na página da Prefeitura de Porto Alegre, em que o prefeito então recém-empossado Sebastião Melo admite problemas nesta área de prevenção, nesta área de encostas, áreas de risco; houve um aumento das áreas de risco na cidade de Porto Alegre. A crítica que eu faço na discussão desse assunto é exatamente esta, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, nossa líder: por que demorou tanto para o governo mandar para esta Casa esse projeto? Eu tenho aqui: “Prefeitura reforça efetivo e qualifica a questão da defesa”. Nós temos o próprio secretário André Machado, que goza do meu prestígio, dizendo que aumentou o número de áreas de risco de 119 para 140 e poucas. Nós vamos votar “sim” nesse projeto, mas nos espanta que o governo esteja agindo de ciclone em ciclone. Nós, liberais, sempre temos um pé atrás na expansão da máquina estatal, na criação de cargos. Não consta, por exemplo, na declaração do ordenador da despesa, o secretário Fantinel, que o aumento de despesa tenha adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária, tampouco seja compatível com a LDO e o Plurianual. Veja, nós não somos contra atender às áreas de risco, aos problemas, mas eu quero subir e discutir isso nesta manhã, porque nós não podemos viver de ciclone em ciclone. O prefeito Melo, o secretário André Machado, a base do governo nesta Casa sabem, há bastante tempo, das necessidades. Então, embora meritória essa demanda, essa necessidade, já desde 2013 existiam áreas de risco, então é de muito tempo. Com essa minha fala, eu gostaria de finalizar dizendo que vou votar “sim” neste projeto. Vamos criar essas vagas temporárias, porque eu estive na Nova Barreto, lá na Lomba, na Cooperativa União do Vale, estive também na Morada do Sol, e a gente vê que essas comunidades, muitas pessoas, de forma precária, vivendo em áreas de preservação ambiental, risco de desmoronamento, essas pessoas precisam de ajuda.

Por isso, vou votar “sim”, mas quero deixar aqui a minha crítica construtiva, colaborativa, como precisa ser, ao governo, líder Cecchim, é preciso um plano. É preciso que o governo aja e não reaja – para encerrar, Sr. Presidente –, para que a gente não faça política nesse tocante da habitação, da Defesa Civil, que a gente não faça política de ciclone em ciclone. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, para que vocês entendam o que está em curso em Porto Alegre, há mais de dois anos, é o desmonte do serviço público, sim, porque os contratos são todos temporários. Não há mais concursos de fato, quer dizer, o serviço público não deve mais ser permanente. É escandalosa a postura do Sebastião Melo, que, no mesmo dia que quer 62% de aumento, quer colocar apenas temporários. Então o governo acha que a Defesa Civil não é importante. Então o governo parece que não sabia, não sabia que existem várias áreas com dificuldade de habitação na capital. O governo nasceu agora, milagrosamente, neste projeto ele descobriu que tem ciclone, que tem El Niño. Olha, que legal esse governo, não é? Ele descobre, de repente, que há décadas e décadas existe previsão do tempo. É encantadora essa equipe de políticos que está à frente do paço, eles estão preparados para administrar uma capital com 1,5 milhão de habitantes. Em lugares em que havia cinco servidores permanentes, hoje tem um servidor, que está contando os dias para se aposentar e vai apagar a luz do setor. E aí acabou! É assim que está a capital! Hoje eles não vêm aqui falar, há uma ausência, uma falta enorme de RH nas escolas municipais. Faltam, em média, seis professores. São os cargos vagos, são 99 escolas. Faltam praticamente 600 professores. Déficit. Não tem monitores para fazer a inclusão. Eu não entendo é o troca-troca de secretários lá na educação. A única coisa que não troca é esse desejo do Melo de ver aprovado o aumento de R\$ 21 mil para R\$ 35 mil do soldo de prefeito. E o vice-prefeito e os secretários vão de arrasto; é um arrastão que eles querem dar no erário. Um arrastão. E aí vêm aqui oferecer para população apenas contratos temporários. Sabem por quê? Porque para eles a necessidade do povo é temporária, não é permanente. É assim no DMAE. No DMAE há os contratos temporários, pois saneamento não é uma coisa de todo dia. É só de vez em quando que a pessoa precisa de água potável, só de vez em quando que precisa consertar encanamento. Eu não consigo entender, sinceramente, como esse cidadão chamado Sebastião Melo permanece na cadeira de prefeito da capital dos gaúchos com tamanha desfaçatez, incompetência e incapacidade. Ele está inviável no poder. Uma cidade que tirou 39 linhas de ônibus, que a população anda feito sardinha, não tem horários suficientes. Só no Sarandí, se perderam três linhas de ônibus, e de manhã tem só um ônibus acessível para cadeirantes! Sarandí, um dos mais populosos bairros da capital! E aí eles estão tranquilos e serenos, preparados para aumentar o salário do prefeito, vice e secretários, porque até vereadores saíram. Eu

vi uma movimentação agora de manhã. Tem uns que eram para estar aqui e já não estão mais. Será que alguém roeu a corda sobre o aumento? Será que alguém vai trair o povo de Porto Alegre e conceder um aumento estrambólico, exorbitante, arrombando o caixa da Prefeitura, indo escoar diretamente para privilégios de políticos? Nós votaremos contra essa vergonha.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Presidente Hamilton Sossmeier. O Presidente quando me chamou para a tribuna disse que eu tinha que discutir a matéria. Não foi o que o Jonas fez. O Jonas tem que ser regrado nesta Casa. Ele desobedece ao regulamento e às resoluções da Casa. Quero dizer a ele que, sem dúvidas, tem muitos problema na cidade, principalmente quando o governo do PT incentivou as invasões em Porto Alegre. Sem dúvidas, áreas de riscos que foram insufladas pelo PT para invasão. E hoje está aí o problema.

Mas como o Presidente disse, eu vou me ater ao projeto que nós estamos discutindo. Como secretário de obras, sei que, lá atrás, a Secretaria de Obras, potente, não era essa que está aí, tinha a tarefa básica, fundamental, de junto com meio ambiente, junto com outras secretarias, formar o grupo para atender essas questões da cidade. Claro que o tempo foi passando, muitos foram se aposentando, secretarias foram transformadas, hoje a Secretaria de Obras não é mais aquela, só atende praticamente obras como a da orla, enfim, e o meio ambiente está na construção civil. Está meio invertida essa lógica, mas é o que nós temos nesse momento. Então eu quero dizer que é um contrato por um ano. O projeto que está em segundo lugar na priorização fala em concurso público, e eu gostaria que depois o Jonas se referisse a ele. Ele pode vir à tribuna e colocar essa questão aqui claramente. Mas, Presidente, eu só fiz esse comentário, porque o Ver. Jonas desviou o assunto. Eu peço a V. Exa., como Presidente da Casa, que regre, que obrigue a falar sobre o tema, sobre a matéria que nós estamos tratando; se trata de uma excepcional sessão, extraordinária sessão, e nós não podemos nos desviar sob pena nós ficarmos aqui o dia inteiro debatendo as mesmas causas. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Bom dia, Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste aqui na nossa plateia e através das plataformas, da nossa TVCâmara, nossa Rádio Câmara. Quando se fala na questão do tempo, quando se fala na questão de ciclones, ventos – ainda ontem saiu a notícia que teríamos menos chuva e mais ventos –, vem na cabeça das pessoas a periferia,

as favelas, mas nós tivemos eventos de inundação em bairros nobres de Porto Alegre. Já tivemos inundação na Av. Ipiranga, bem na frente da CEEE, nos prédios da Rossi, ali, da Melnick, da Goldsztein; inundou tudo há um ano. Nós tivemos o Praia de Belas inundado também há um ano; o BarraShoppingSul destelhado e por aí vai. O problema climático não escolhe pobre ou rico, não escolhe área de risco – área de risco é pior, claro que é pior, mas nós tivemos a orla do Guaíba também inundada. O que nós precisamos são políticas de drenagem, o que nós precisamos é resolver as questões dos nossos arroios, o que nós precisamos é rever agora, no Plano Diretor, se os condomínios vão fazer a captação de água ou não, se os condomínios vão usar a água da chuva ou não; se nós vamos ter um regramento para a CEEE Equatorial na poda das árvores, porque as árvores não caem só na periferia, não é só na periferia, não são só as áreas pobres de Porto Alegre que ficam sem luz. Nós tivemos bairros em Porto Alegre que ficaram dois, três dias sem luz em função de quedas de árvores na rede elétrica – quando estive a Equatorial aqui, nós levantamos esse problema. O que eu questiono aqui é: o que daria para fazer na Defesa Civil com mais ou menos R\$ 35 milhões? Qual é o aporte que poderia ser feito na Defesa Civil com R\$ 35 milhões? É isto o que nós vamos decidir à tarde, se R\$ 35 milhões vão para a casta ou se R\$ 35 milhões vão para... (Problemas técnicos no som.) ...ajudar a cidade de Porto Alegre e os que mais precisam, seja nas ocupações, seja no Extremo-Sul, seja no extremo da Zona Norte, onde tivemos o Sarandi alagado, tempos atrás, porque estourou o Feijó. Essas decisões nós tomamos aqui hoje. É importante a contratação desses profissionais para a Defesa Civil, isso é importantíssimo, mas deixamos aqui para o povo que nos assiste através das redes sociais, do Instagram, do Facebook, de todas as plataformas digitais, através da TVCâmara, da nossa Rádio Câmara, a todos que nos assistem aqui na plateia se realmente R\$ 35 milhões não iam ajudar não somente a contratar as pessoas, o que nós somos a favor, mas principalmente estruturar a Defesa Civil de Porto Alegre com equipamentos que são necessários, e que nós vimos a dificuldade no dia a dia, de barcos, motosserras, guinchos, aqueles guindastes que levam as pessoas lá em cima para tirar as pessoas das áreas de risco e, principalmente, acomodar a população. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Convido os vereadores para a inauguração do Bloco de Utilidades, o novo prédio que foi concluído, onde ficarão as empresas terceirizadas.

A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 016/23 que trata da autorização para contratar 30 agentes de serviços técnicos e operacionais por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. É bem-vindo esse projeto que vem contemplar a equipe para atender justamente neste período em que nós estamos aguardando mais um ciclone extratropical. Se toma a



decisão, tramita, demora a chegar na Casa, é assim o serviço público, não é só colocar um projeto de lei dentro de um computador, encaminhar, e já está tudo *ok*, isso passa por instâncias inclusive aqui na Casa. Falando ainda sobre áreas de risco, isso me incomoda há muito tempo, tira uma área, não tem a fiscalização, volta a ser ocupada. Isso não é de agora, é histórico, não é só em Porto Alegre, é pelo Brasil afora. Quando tem as enchentes, quando tem esses ciclones, quando tem os desabamentos, aí corre todo mundo, auxilia, mas esse auxílio é um auxílio social, a pessoa que perdeu tudo não vai recuperar isso com uma certa rapidez; ela vai ficar sem os seus utensílios, sem o pouco que tinha adquirido – e assim caminha a humanidade, como se diz. Na prevenção, falam tanto: ah, fizeram monitoramento, fizeram levantamento das áreas de risco. Mas isso tem que ser intensificado, e eu defendo muita a fiscalização do serviço público. Nós não somos pessoas civilizadas, educadas, sempre tem um jeitinho de burlar a lei, a gente não cumpre a legislação cem por cento. Então, sem a fiscalização, eu quero ver o futuro como vai ser. Nós somos tão disciplinados; se fôssemos, não teriam os sonegadores, não teriam os corruptos. Então, a fiscalização deve ter. Podem transferir, podem privatizar, mas a fiscalização em todos os segmentos deve ser ampliada para que possamos cobrar o cumprimento das leis, cobrar as multas devidas, entre outros processos. É um bom projeto, eu acredito que toda minha bancada vá aprovar, mas estou fazendo apenas a discussão. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Obrigada, Presidente Hamilton; colegas vereadores, público que nos assiste, tanto presencial quanto pela TVCâmara. Quero aqui fazer um cumprimento muito especial ao coronel Evaldo, coordenador da Defesa Civil municipal de Porto Alegre, dizer que é muito importante que nós tenhamos ações voltadas efetivamente para aumentar o potencial da Defesa Civil, para fortalecer a Defesa Civil, para aprimorar o trabalho da Defesa Civil. Não basta depois que colegas fiquem aqui chorando, quando pessoas mais vulneráveis precisam ser assistidas pela Defesa Civil, enquanto não votaram a favor de projetos que beneficiam esse órgão que é tão importante para a segurança. Meu DNA é da segurança pública, eu digo que além da Brigada Militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal, da Susepe, do IGP, a Guarda Municipal, a Defesa Civil, em especial, têm um papel fundamental em resguardar vidas. E o que nós vimos no último ciclone foram muitas vidas sendo salvas. Vimos que efetivamente a Defesa Civil, com os poucos recursos, efetuou muito além do seu trabalho. Eles fizeram resgates, fizeram entregas de produtos, de alimento, de cestas básicas, de colchões, de roupas para aquelas pessoas que perderam tudo. Querido Nereu, seja bem-vindo hoje na tua sempre Casa. Então nós, neste projeto de lei prevê contratação emergencial de 30 agentes, que venham a trabalhar na Defesa Civil... E, veja bem, nós temos muitos agentes que já foram qualificados e que talvez possam ser também, a partir

dessa contratação, recontratados; pessoas que trabalham voluntariamente, que têm a *expertise* da Defesa Civil, que poderão ser contratadas – querido líder do governo, Cecchim – para auxiliarem aqueles que mais necessitam e que talvez seja amanhã, seja daqui a uma semana, seja daqui a dez dias. Mas o que nós, vereadores, não podemos nos calar, é que a Defesa Civil do Município precisa, necessita da nossa ajuda, do nosso dedo, dizendo “sim” a essa contratação emergencial para que depois a gente não veja vereadores aqui chorando pelo leite derramado. Então, colegas vereadores, cuidem, com muito carinho, deste primeiro projeto, que prevê um fortalecimento a mais da nossa Defesa Civil municipal, sendo que já mostrou para que veio e, nós precisamos muito mais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Bom dia, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, pessoas que nos assistem; uma quarta-feira, véspera de recesso, pré-ciclone. O Presidente Hamilton disse que eu teria cinco minutos para falar, não preciso nem de cinco, em um minuto eu digo o óbvio nesta tribuna. Bem-vindo, Ver. Nereu D’Avila. Quando ocorrem desastres, quem é que atende? Quem é que está na ponta? Quem é que se faz presente? É a Defesa Civil que é responsável por coordenar ações e resposta à assistência às vítimas. Então nada mais justo que se contrate o número determinado pelo comandante da cidade, que é o zelador da cidade. Então vir aqui fazer discurso, confesso que é perda de tempo; é votar “sim” e pronto, porque votando “sim” nós estamos atendendo à população de Porto Alegre no que diz respeito à prevenção. Apenas isso; menos de cinco minutos, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADORA ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Hamilton, vereadores, vereadoras, bom dia a todos; público que assiste a sessão; nós, agora, estamos no período de discussão, mas eu já antecipo que logicamente nós vamos aprovar este projeto, que é um projeto de contratação emergencial de trabalhadores e trabalhadoras para a Defesa Civil. Eu não poderia deixar de apontar pelo menos dois elementos: o primeiro é que, de fato, se nós formos analisar a situação atual da Defesa Civil, não se pode aceitar o discurso do governo Melo de que a cidade está preparada para enfrentar os graves problemas como nós tivemos já, os ciclones. No dia de hoje mesmo, nós estamos já enfrentando problemas na cidade, porque nós temos 11 ou 12 trabalhadores da Defesa Civil, hoje. Com 11 ou 12 trabalhadores, realmente, argumentar que a cidade está preparada para enfrentar problemas sérios é brincar ou desrespeitar, para ser mais

verdadeiro, a inteligência dos porto-alegrenses. A cidade não está preparada, infelizmente, e o esvaziamento da Defesa Civil é uma demonstração disso. Quando nós, em tese, deveríamos ter equipes da Defesa Civil em todas as regiões da cidade, nós temos um número e um efetivo que não é suficiente, nem se nós colocássemos uma pessoa por região seria suficiente. Então é lógico que nós aceitamos a contratação, mesmo sendo emergencial, e não sendo por concurso. Espero que o governo comece a realizar concursos e pare de fazer esse desserviço, que é simplesmente contratações emergenciais na área da educação, na área da saúde, entre a Defesa Civil, que significam contratações sem a possibilidade de um plano de carreira, sem estabilidade, sem, portanto, a necessária qualificação do serviço.

Portanto, nós vamos, sim, apoiar, mas eu também quero apontar um segundo elemento: nós temos que ter mais cuidado na elaboração da legislação, pois nós estamos – Ver. Ruas, veja só – votando a contratação de servidores, emergencialmente, mas os cargos ainda não foram criados, os cargos estão no projeto seguinte. Então, se nós tivéssemos uma situação em que, por acaso, nós aprovássemos a contratação e não aprovássemos o projeto seguinte, o que nós votamos não teria nenhuma validade. É lógico que nós vamos votar também pela criação dos cargos, mas o governo deveria ter um pouco mais de competência, neste caso, para que o processo legislativo fosse correto e nós, primeiro, criássemos os cargos, depois contratássemos as pessoas para ocupar os cargos. Nesta sessão de hoje, nós estamos fazendo de maneira invertida: nós estamos votando a contratação, e, no projeto seguinte, votaremos os cargos. Não funciona assim, eu acho que a gente tem que fazer as coisas funcionarem como devem funcionar. De toda forma, nós vamos votar os dois projetos – a criação dos cargos e a contratação emergencial –, apelando para que o governo, de fato, respeite o serviço público e abra concursos para as funções necessárias na área da educação, contratando professores, monitores, servidores de escola, na área da saúde, e também na Defesa Civil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Bom dia, Presidente; colegas vereadores e vereadoras; um cumprimento especial ao coronel Evaldo, da Defesa Civil, que acompanha esta sessão na Câmara. É evidente, Ver. Ruas, que a bancada do PCdoB apoia os dois primeiros projetos que votaremos nesta Casa – essa é a posição da oposição como um todo –, mas isso, de modo algum, impede que façamos o necessário debate sobre como Porto Alegre tem se preparado ou não se preparado para eventos climáticos adversos que serão cada vez mais constantes, fruto da degradação ambiental provocada pela nossa ação no ambiente. Eu lamento que no dia 16, em que a nossa cidade sofreu com os duros impactos do ciclone, a nossa Defesa Civil contasse com apenas nove servidores, isso é razão suficiente, sim, para que nós

aprovemos estes dois projetos, mas para que a gente revele para cidade a baixa atenção dada pelo poder público municipal para prevenção e enfrentamento a situações adversas como a que vivemos. Então nós precisamos, sim, de contratação emergencial, Ver.<sup>a</sup> Biga, mas acima de tudo nós precisamos garantir quadros permanentes, nós precisamos imediatamente consolidar as 17 coordenadorias da Defesa Civil para que o trabalho seja realizado de forma descentralizada na cidade. Não é possível que, diante de uma situação crítica na cidade, nós não tenhamos sequer espaços descentralizados de acolhimento para quem precisa sair da sua casa. Eu que fui criado no Extremo-Sul da nossa cidade, no bairro Ponta Grossa, no dia 16 foi a própria população que se auto-organizou para preparar um ginásio que pudesse receber as pessoas e não o poder público que garantiu essa solução. Nós precisamos pensar também no debate social, fazer a preparação de como Porto Alegre atende na sua rede de assistência as pessoas em situações de vulnerabilidade, em momentos de adversidade, é fundamental, porque quando um evento climático acontece na cidade, ele pode, sim, atingir toda a cidade. Mas as pessoas que mais têm dificuldade de enfrentar são as pessoas da periferia, são as pessoas em vulnerabilidade. Quem está num bairro nobre, num bairro rico da cidade, não tem a mesma dificuldade de se recuperar do que quem mora na periferia. Isso não pode ser dito aqui que um evento climático atinge a cidade da mesma forma, não atinge. Quem, na Ponta Grossa, perdeu tudo na sua casa precisa de apoio do poder público, não tem poupança para se recuperar, então precisa que esta cidade esteja preparada para distribuição de alimentos, para distribuição de cobertores, para distribuição de lonas. Nós precisamos reconhecer que não estávamos preparados da forma que precisávamos, por exemplo, no dia 16. Faltava lona ou não faltava para distribuir na cidade? Faltou lona. Para além disso, o debate sobre as áreas de riscos é um debate que nós precisamos fazer com seriedade. Nós precisamos pegar o exemplo de Fortaleza. Fortaleza é uma cidade que reduziu as suas áreas de risco, nos últimos anos, em 27%, ao passo que Porto Alegre viu as suas áreas de risco crescerem nos últimos anos. E nós estamos falando de duas importantes capitais do nosso país que podem, sim, ser analisadas e elas demonstram que falta em Porto Alegre, nos últimos anos, política habitacional, política concreta para enfrentar essa situação em que pessoas, na nossa cidade, moram em situações, em localidades de extrema vulnerabilidade, por alagamento, por deslizamento. Então, nós, da bancada do PCdoB, votaremos a favor. Inclusive, em mais de uma oportunidade, eu e a Ver.<sup>a</sup> Biga levamos à Prefeitura de Porto Alegre uma série de sugestões de como a cidade pode se preparar mais e melhor para enfrentar situações de adversidade, e o enfrentamento precisa passar por uma política concreta de prevenção, de plano de ação, mas também de política social que dê atenção para quem mais precisa na nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Sr. Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, um projeto importante será votado aqui em instantes, que prevê a contratação de servidores para trabalhar na nossa Defesa Civil. Eu acho que mais importante do que falar é fazer, nós temos que avaliar as pessoas pela atitude. Eu não moro na Ponta Grossa, eu moro aqui no Centro Histórico, mas encaminhei R\$ 200 mil em emenda impositiva para ajudar na questão da drenagem da Ponta Grossa, e vou mandar de novo mais R\$ 200 mil, em 2024, para realmente amenizar a dificuldade de quem mora na Ponta Grossa. Nós sabemos que Porto Alegre andou para trás por 16 anos na administração do PT, uma administração esquerdista, quando a cidade ficou toda pichada, uma cidade suja, mal iluminada, uma cidade nojenta. Nós não tínhamos drenagem, pois o PT simplesmente passava asfalto na cidade para dar migué, para angariar votos, mas não se preocupava com a questão cloacal, esgoto, saneamento básico. Então, o principal problema da cidade é a drenagem. Por isso nós precisamos ir atrás de emendas federais, para que, com os recursos financeiros de Brasília, tendo em vista que o cobertor é curto, nós possamos colocar dinheiro da nossa cidade na questão da drenagem. A Ponta Grossa, o extremo sul da cidade vem sofrendo muito com a questão das enchentes. É claro que essa contratação agora de colaboradores para a área da Defesa Civil vai ajudar a amenizar essas dificuldades. Nós precisamos fazer um trabalho permanente para fortalecer a nossa Defesa Civil. Concordo que nós temos 17 subprefeituras, e elas precisam estar com uma comunicação, com um engajamento melhor juntamente com a nossa Defesa Civil.

Não menos importante, eu quero pegar um gancho sobre a questão da segurança pública, e por que as pessoas são vocacionadas para determinados setores da nossa sociedade. Eu quero contar um *case* interessante para vocês. No dia 2 de junho de 2001, eu tomei um tiro, um tiro no rosto num assalto que aconteceu no Humaitá, eu era praça do Exército. Um rapaz bem vestido ingressou no lotação, deu um tiro para cima, pegou no teto do lotação e pegou no meu rosto, 2 de junho de 2001. Eu era do Exército. Eu decidi: vou entrar para a polícia e vou ajudar na segurança do nosso Estado. Eu já fui do Exército, fui brigadiano, sou policial penal, fui aprovado na Polícia Civil, trabalhei na segurança privada, então, acho muito importante a questão da segurança. E a Defesa Civil faz parte da nossa Secretaria Municipal de Segurança. Eu me lembro de que, na época, o médico falou: “Não, não vou tirar o projétil do teu rosto, porque isso vai te dar problema só daqui a 20 anos”. Lá se foram 23 anos, e, às vezes, eu sinto uma ardência, uma coceira no olho. Esta semana fui fazer um exame médico, para ver como é que está esse chumbo no meu rosto. Imaginem vocês: não reagi ao assalto, e um elemento vago, um marginal, um bandido me deu um tiro do rosto. Eu poderia ter ficado cego, eu tenho uma bala alojada aqui no meu rosto, porque um marginal, um bandido, um delinquente tentou me matar, talvez para pegar – na época, não existia o celular – a minha carteira ou a minha corrente. E ainda nós temos defensores de bandidos. Está rolando, nos grupos de WhatsApp aqui, um áudio de um professor, um mau-caráter, que foi contestado por um aluno numa universidade, ele dizendo que roubar era profissão, contestando o aluno. Então, muitas vezes, nós temos professores doutrinadores que ensinam errado para os

alunos, querendo dizer que roubar é profissão. Roubar nunca é profissão. Aí se pergunta o que é o certo: é pedir ou roubar? O certo é trabalhar, é estudar, se divertir, se organizar. Por isso que eu faço um apelo aos nossos jovens: não votem na esquerda! A esquerda é a favor da liberação das drogas. A esquerda é a favor de acabar com a nossa segurança pública, é a favor da anarquia. Há pouco tempo, tentaram aprovar aqui, através da marcha da maconha medicinal, a liberação das drogas no Município de Porto Alegre. Contra a sexualização das nossas crianças – é por isso que nós sempre estaremos aqui lutando pela nossa cidade, porque Porto Alegre não pode parar!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier, meus colegas vereadores e vereadoras, aqui nós estamos, novamente, trazendo uma discussão de contratações. Meu partido, o Partido dos Trabalhadores, votará favorável. Mas, Sr. Presidente, meu prezado amigo líder da situação, Ver. Idenir Cecchim, eu creio que nós precisamos dar uma olhada para a estrutura pública como um todo e fazer uma reestruturação administrativa, porque tem um debate que é um debate de fundo aqui, prezado Pablo, que é o debate de querer abrir novos cargos públicos e não querer abrir novos cargos públicos. Sabe que nós somos favoráveis a uma estrutura funcional eficiente, com profissionais em todas as áreas. Apesar dessas votações estarem na nossa contramão administrativa aqui, pois nós estamos, primeiro, autorizando a contratação e depois criando os cargos. Nós deveríamos, primeiro, criar os cargos e depois aprovar as contratações, na ordem aqui dos projetos, até para discutirmos com profundidade. Agora, que são necessários o tema da defesa civil, o tema da segurança, o tema de um Município, através do seu Estado, da postura de Estado ser ágil, ser rápido e estar sintonizado nas políticas, são necessários, sim, prezada Abigail.

E aqui eu quero trazer algumas questões. A primeira delas é que tem que haver uma qualificação da estrutura pública para a atuação em emergências. Os últimos ciclones que ocorreram demonstraram a necessidade da sintonia fina e da sintonia com antecedência. Tanto é que a Defesa Civil já saiu na frente e nesta semana anunciou, colocou nas redes a possibilidade do ciclone, que estamos, neste momento, na expectativa de que se intensifique. Bom, mas ainda não tem uma estrutura pública extremamente sintonizada e com as equipes, onde esteja a Defesa Civil, onde estejam os bombeiros, onde esteja a Guarda Municipal, onde esteja a Brigada Militar, onde estejam as centrais de comunicação e de informação. Apesar de termos já uma estrutura para isso, que é o CIOSP, que é o centro integrado de observação e de socorro, mas precisamos qualificar cada vez mais. E a vinda deste projeto criando esses cargos é necessária.

A segunda necessidade que temos que cumprir é atender à legislação federal. Há uma legislação federal que determina que os municípios tenham o seu centro integrado de prevenção de acidentes climáticos, fatores climáticos, fatores de riscos que ocorrem e

grandes acidentes. Nós debatemos, há muito tempo isso, aqui na frente da Câmara temos o lago Guaíba, tem o canal de navegação, que vai ao polo petroquímico. Diariamente passam, em frente à nossa Câmara, navios e navios carregados de produtos químicos. Felizmente, até hoje, nunca tivemos um grande acidente. Imaginem ter um grande acidente desses produtos químicos que vão para o Polo Petroquímico e que contamine as águas do nosso lago. Eu pergunto, alguém conhece um plano de contingência para essa possibilidade? Eu desconheço se existe. O plano nacional de prevenção de acidentes naturais e acidentes artificiais já existe, mas o Município está dessintonizado com o plano federal. Nós temos que sintonizar, temos que potencializar isso. E foi muito reforçado ainda no governo da ex-presidente Dilma, quando houve o acidente de Petrópolis, com o desmoronamento e com a quantidade de mortes que houve.

Terceiro ponto que eu trago aqui para nossa reflexão. Existia na SMAM um centro de inteligência e mapeamento das áreas de riscos da cidade de Porto Alegre. Isso foi desmontado. Nunca mais foi reorganizado, onde tinha lá geólogo, que vai analisar e pesquisar toda a questão dos solos, dos desmoronamentos; onde havia hidrólogos, que calculavam antecipadamente o nível de cheias; onde havia equipes de socorro e emergência. Então, um centro de inteligência para as áreas de riscos de Porto Alegre precisa ser reestruturado como já houve. Não estou falando aqui algo que não existiu na cidade de Porto Alegre. No ano 2000, isso funcionava maravilhosamente bem, estavam todas mapeadas.

Quarto e último ponto, também não adianta nós contratarmos gente, colocarmos equipes se nós não resolvermos o problema na essência. Nós continuamos tendo 720 vilas irregulares na cidade de Porto Alegre. Se não tiver um programa de regularização fundiária, de habitação, que adéque a legislação municipal, que combata isso, que se monte um programa, que se utilizem os recursos dos fundos, nós não vamos alcançar o objetivo.

Portanto, nossa bancada votará favorável a esse projeto. Entendemos que é um passo, mas esse passo, para se tornar realidade, tem que ser uma caminhada, e a caminhada tem que estar no horizonte, no mínimo, com esses pontos que eu levantei, assim como muitos outros que os colegas estão trazendo aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Presidente Hamilton, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, as senhoras e os senhores. Uma saudação ao nosso querido amigo Nereu D'Avila, que que reassume o mandato, estivemos por muitos anos juntos aqui na Casa, debatendo a legislação, fiscalizando o Executivo e os rumos da cidade, por um longo período. Estive escutando atentamente todos que me antecederam, e eu fico muito feliz com os mais variados argumentos, todos aqui votarão a favor do projeto.

Quem acordou cedo hoje, teve que sair cedo para ir trabalhar nessa chuva, na realidade da nossa cidade, com todas as intempéries, com a questão territorial, com as ilhas, os morros, realmente é muito difícil não dar esse apoio, estruturar a Defesa Civil num momento crítico. Enfrentamos um ciclone na semana passada, se avizinha um novo ciclone, mas eu queria trazer em destaque aqui a questão da solidariedade das pessoas. Eu vi muita solidariedade na dificuldade, e quero inclusive fazer alguns agradecimentos, Ver. Nereu. Recebemos caixas de cobertores vindas do Paraná, faço um registro aqui, do Creci do Paraná, cujo presidente é o Castegnaro, sensibilizados com a dificuldade encontrada aqui, em especial nos municípios do litoral, mas em Porto Alegre também, que sofreram muito, várias entidades se organizaram e trabalharam em favor de estender a mão para quem precisa num momento difícil. Também quero fazer um agradecimento ao Vinicius Dal Castel, presidente da Rede Gaúcha de Imóveis, fez ali uma campanha de arrecadação de alimentos e roupas que foram destinados também para as Ilhas. Claro, eu vi vários vereadores que se envolveram, literalmente colocando o pé no barro, Ver. Tiago. Eu escutava atentamente a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que tão bem falou a respeito de uma política de prevenção também. Nós temos muitas áreas de ocupação autoproduzidas, irregulares, clandestinas, propícias a uma situação de risco.

Então eu acho que nós temos que ser também propositivos na prevenção, mas, em especial, dizer aqui, em nome da nossa bancada do PDT, que também votaremos a favor dessa contratação emergencial para a Defesa Civil; não tem como ser diferente, a Câmara deverá votar por unanimidade essa pauta. É claro, Ver. Tiago, que talvez nove funcionários na Defesa Civil sejam poucos, talvez seja hora de reestruturar, de se pensar que realmente a gente não pode trabalhar só apagando incêndio, no caso agora aqui é enfrentando a chuva, mas, mal comparando, talvez nós tivéssemos que dar uma repensada nessa estrutura, prefeito Melo. Mas, no momento, na atual circunstância, não vejo alternativa que não fazer uma força-tarefa, porque as pessoas estão necessitadas, elas precisam, e, às vezes, por mais boa vontade que se tenha, não se tem a *expertise*, por exemplo, de um bombeiro voluntário, a experiência de um bombeiro lidando ali com rapel, muitas vezes em uma situação de risco, então há que se ter pessoas com condições de fazer os enfrentamentos necessários.

Então fica aqui a nossa consideração. Hoje, numa manhã de trabalho, a Câmara se organiza aqui, praticamente de maneira emergencial, Ver. Hamilton, chamando uma reunião extraordinária, demonstrando também a nossa preocupação com os rumos da cidade, com este inverno rigoroso que estamos enfrentando aqui. Essas são as nossas contribuições para o debate. Fico satisfeito em ver que todos que se manifestaram, apesar de pontos de vista, às vezes, não concorrentes, discordantes, mas, ao final, na questão de mérito, concordando com a iniciativa e com esse indicativo de que esse aporte de servidores para a Defesa Civil será aprovado na manhã desta quarta-feira aqui nesta Casa, Ver. Cecchim, líder do governo. Entendo acertada essa iniciativa, porque não tem outra forma de fazer o enfrentamento, se não com pessoas em condições qualificadas e com *expertise* para tanto. Então essa é a nossa contribuição para o debate na manhã de hoje. Pela atenção, muito obrigado; um bom dia a todos.



(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadoras, colegas vereadores, subo a esta tribuna para debater esse tema que para nós é extremamente importante. Reviver hoje, que estão aí as chuvas já pegando, chuva de granizo, a Defesa Civil indicando inclusive que no final da tarde a chuva pode se intensificar, intensificar os ventos, e a preocupação do dia 16 volta. Não tem como não voltar. No dia 16, muitos de nós, ou talvez poucos de nós, estiveram nos locais mais vulneráveis, onde atingiu verdadeiramente o nosso povo com casas destelhadas, com casas alagadas, e nós estivemos ajudando. Eu estive lá no QG da Defesa Civil falando com o Coronel Edvaldo, e disse a ele, disse inclusive ao prefeito e ao secretário André Machado: Eu estou aqui para ajudar. Eu quero ajudar. Amanhã eu volto a criticá-los. E tivemos que voltar a criticá-los porque é inadmissível tu chegares na Defesa Civil e receber a informação que a Defesa Civil tinha nove servidores e mais dois CCs. Eu fui buscar lona porque o coronel Edivaldo e o Evandro me disseram: “Nós temos lona, mas não temos logística para distribuir”. Vereador Giovane, eu, como tu, fizemos esse trabalho, eu me agachei e enrolei lonas para agilizar o processo, porque eu tinha medo que só fossem distribuídas à noite quando a chuva podia se intensificar e a escuridão podia, inclusive, levar a outros acidentes. Imediatamente, pós 16, a nossa bancada foi até a Prefeitura, levamos uma carta ao senhor prefeito, uma carta com sugestões da nossa bancada com ações imediatas para a prevenção desses desastres. Ali nós já prevíamos e indicamos a necessidade das 17 regiões, de ampliar a Defesa Civil. Que bom receber agora... Bom! Lógico que o nosso indicativo é para votar favoravelmente. Mas, além de entregar a carta, nós, aqui na Câmara, fizemos um indicativo, está lá no SEI. A nossa bancada fez um indicativo dessas indicações, também feitas ao senhor prefeito. Eu adoraria que nós recebêssemos, para além dessa ampliação na Defesa Civil, nós também recebêssemos a notícia de que a Prefeitura estaria distribuindo 50 mil cestas básicas, porque muitas pessoas continuam passando fome, que perderam muitos dos seus poucos pertences. A situação é grave. Nós temos que olhar para essa situação, inclusive aqui já dito, para as casas de bombas que ficaram sem energia, como é na Farrapos, onde nós fomos, depois do ciclone do dia 16, e ainda estava com o problema da bomba. Depois nós recebemos aqui a CEEE Equatorial que não conseguiu justificar a inoperância que demonstrou naquele momento. Nós precisamos, portanto, fazer o cadastramento da sociedade civil, que essa sim, essa nos orgulha, porque no dia 16 o que a gente viu foram muitas iniciativas do povo acolhendo, recolhendo doações, como nós fizemos, entregando às pessoas mais necessitadas. O povo precisa ser cadastrado imediatamente para fazer parte dessas 17 regiões, coronel Evaldo. E nós, a nossa bancada estará à disposição para, sim, sempre socorrer o nosso povo. Termina aqui desejando que o ciclone de hoje atinja o mínimo possível e que essas pessoas possam se manter nas suas casas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 016/23.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Eu tinha solicitado a inscrição no *chat*, talvez tenha passado despercebido. Eu serei brevíssimo, porque todos os argumentos colocados na tribuna, em grande parte, sou favorável a eles, queremos uma Defesa Civil atuante, fortalecida e, cada vez mais, Porto Alegre sofre com os efeitos das mudanças climáticas. Esses extremos climáticos os estudos mostram que serão cada vez mais intensos. A raiz está no problema das mudanças climáticas, e o fortalecimento de uma Defesa Civil é uma forma de atenuar quem sofre. O Ver. Janta falou que as enchentes pegam todo mundo, também os bairros incluídos, não só os periféricos, mas, com certeza, quem sofre mais com os problemas da emergência climática são as pessoas mais desassistidas, morando em áreas de risco, etc.

Aqui, uma única frase, que é o fato de que o governo sabe que o tema da Defesa Civil é um tema, há muito tempo, já falado. Eu me lembro de que, uma vez, num debate que tivemos, em que estavam presentes os agentes da Defesa Civil, estavam no plenário, se eu não me engano, cinco ou seis pessoas, estava toda a Defesa Civil de Porto Alegre ocupando o plenário e isso significava cinco ou seis pessoas. Lamentável, atribuir a esses servidores tamanha responsabilidade, num número tão pequeno.

Eu quero fazer um pedido aqui ao governo que, da próxima vez que discuta temas da Defesa Civil, o faça com a participação dos servidores. Esse projeto que está chegando na Casa e que votaremos a seguir, infelizmente, foi construído de uma forma genérica, com um nome genérico a esses profissionais que serão contratados, de forma temporária, que, da próxima vez, o governo escute os servidores que fazem parte do quadro de servidores e tem um acúmulo muito grande e muito rico para contribuir, inclusive com projetos emergenciais, como este que o governo está propondo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o PLE nº 016/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel e do Ver. Tiago Albrecht, ao PLE nº 017/23.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 017/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0636/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/23,** que cria o cargo de Agente de Serviços Técnicos e Operacionais no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, constante na letra *a* do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores. **(SEI 118.00463/2023-40)**

### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB.** Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;  
- incluído na Ordem do Dia em 12-07-23.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em discussão o [PLE nº 017/23](#). (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Obrigada, Presidente Moisés, público que nos acompanha aqui na TVCâmara, colegas vereadores; eu venho aqui neste momento debater com vocês uma emenda colocada pelo partido NOVO. Por que eu venho debater essa emenda? Porque esse projeto, como veio às pressas, é um projeto que não está de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, nós, vereadores, votamos, e não está de acordo também com Plano Plurianual que foi enviado pelo Executivo no início do mandato do prefeito Sebastião Melo. Por isso, tendo em vista o compromisso com o orçamento público e o compromisso com os gastos públicos, que o partido NOVO coloca essa emenda. Muitas vezes nós somos taxados de só criticar, que o partido NOVO só critica e não dá soluções, então essa emenda vem para trazer uma vinculação de onde o prefeito irá reduzir o custo que ele está aumentando no orçamento. Ao aumentar R\$ 2 milhões de custo anual, pela regra da legislação, pela Constituição do Brasil, o prefeito tem que dizer de onde ele vai tirar esse dinheiro, não se pode aumentar

sem dizer de onde vai sair o dinheiro para pagar essas pessoas. É sobre uma responsabilidade fiscal que nós estamos fazendo a adequação perante essa emenda. O partido NOVO está tirando 30 cargos da fiscalização, os quais teriam o mesmo comprometimento financeiro desses 50 cargos que estão sendo criados pelo governo. Desta maneira, nós fazemos uma compensação para ajustar à LDO. Eu venho aqui trazer o comprometimento de quem preside a Comissão de Finanças, de quem sabe que a gente precisa agir de acordo com as regras, e a regra é que nós hoje temos que reconhecer que existe uma Constituição, e se a Fazenda não fez isso, nós podemos corrigir essa situação aqui no Parlamento.

Por isso, hoje encaminho e trago essa discussão da importância de aprovar essa emenda, uma emenda que hoje não está tirando cargos que estão sendo ocupados, mas está fazendo uma adequação à legislação federal e de acordo com a LDO, que nós votamos com a seriedade necessária aqui neste Município. Muito obrigada, Presidente, e conto com o voto dos colegas vereadores. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 017/23.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Ver. Moisés Barboza, comandando os trabalhos, eu vou ser bem simples e objetivo. Nós estamos falando do projeto que cria 50 cargos de agente de serviços técnicos operacionais no quadro de cargos de provimento o efetivo. Aí a Ver.<sup>a</sup> Mari quer extinguir, mas como é que um vereador vai extinguir cargos da Prefeitura, me expliquem? Eu acho que a gente tem que, às vezes, falar a verdade aqui, que muitos vereadores não querem saber. Isso se trata, Ver.<sup>a</sup> Mari, de um projeto indicativo, manda para o prefeito indicando que ele deve extinguir.... Agora, não temos competência de extinguir, criar despesas, não temos competência, Ver.<sup>a</sup> Mari.

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Tendo em vista que o projeto vem do Executivo, nós podemos emendar um projeto de direito tributário que veio do Executivo. Nós não podemos propor um projeto, mas emendar um projeto que vem do Executivo isso está dentro da jurisdição do vereador. Por isso que eu coloco que foi feito só uma emenda.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Isso pode ser a sua interpretação, mas não é minha interpretação. Nós não podemos extinguir, criar... Sim, mas a emenda não pode, está extinguindo. Como é que tu vais extinguir uma coisa que não é competência nossa? Aqui na Casa, mesmo, nós temos dificuldade de extinguir alguma coisa. Tem que ir para Mesa e a Mesa colocar um projeto para extinção. Então às vezes a Ver.<sup>a</sup> Mari ultrapassa os limites das suas prerrogativas e isso é perigoso. Nós temos que

saber a nossas prerrogativas, nós não podemos criar despesa para o Executivo, não precisamos criar nada que é de competência do Executivo.

Aqui a esquerda tem cobrado muito concurso público, bom, eu acho que até está aí um concurso público. O que gostam de um concurso público! É claro que cada governança, cada prefeito tem a sua estratégia, Ver. Cecchim, se precisa, ninguém vai abdicar de fazer um concurso público. Agora, nós não podemos inchar a máquina, só contratar por contratar.

Este projeto é bom, vem na hora certa. Eu vi poucos projetos aqui, do governo Melo, de concurso público, e quem sabe até extinção. Claro que houve aqueles que nem existem mais na Prefeitura, de extinção no DMLU, às vezes tem até costureira, tem o carpinteiro, que não se precisa mais. Este projeto é bom, o prefeito está buscando aquilo que até a oposição gosta, que é concurso público. Mas se o prefeito está colocando esta alternativa de fazer concurso público, é porque o prefeito, os seus secretários, a sua estrutura entende que é necessário, e é nesse sentido que nós vamos votar. Agora eu tenho certeza de que a emenda da Ver.<sup>a</sup> Mari pode ter boas intenções, é verdade, e tem boa intenção, mas ela não tem prerrogativa. E eu peço a ela, porque eu sei que automaticamente vai ser negada essa alternativa de criarmos essa prerrogativa que não é do vereador, que essa emenda indicativa vá para o prefeito, e o prefeito até possa aceitar, mas não é nossa prerrogativa. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 017/23.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Bom dia, senhoras e senhores, eu subi aqui e me inscrevi para discutir esse projeto mais ou menos na mesma toada do Ver. Cassiá Carpes, para principalmente debater a emenda proposta pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel e pelo Ver. Tiago, da bancada do NOVO. Eu gostaria de esclarecer para a Ver.<sup>a</sup> Mari que a argumentação de ausência de prerrogativa se deve principalmente ao fato de que a senhora não integra a base do governo, porque, quando é um vereador governista, não existe atropelo, pode propor projeto que extingue, que cria cargo... A base governista pode fazer o que bem entender nesta Casa Legislativa, o que de certa forma pode ser contestado a partir da isonomia entre os poderes, mas não é esse o objetivo da minha inscrição.

Este é o quinto ano que eu faço parte do Legislativo porto-alegrense, aliás, sétimo ano – puxa vida! –, e já percebi, por vários momentos, em vários projetos, que vereadores governistas podem propor o que bem entenderem. Não há existência de óbice e se atropela muita coisa. Mas eu gostaria de comentar a sua emenda, vereadora. Entendo as suas justificativas, mas não concordo com a iniciativa. Nós precisamos de agentes de fiscalização no Município. Essas vagas que estão em aberto estão fazendo muita falta, porque as atividades de fiscalização comprometem a prestação de serviço para a população. O governo Sebastião Melo, que é um governo que tem o hábito de terceirizar,

de transferir suas responsabilidades para parcerizações, precisa da fiscalização na prestação desses serviços. Quem vai desempenhar essa atividade importante, para garantir que os serviços prestados estejam com qualidade e dentro dos preceitos dos contratos que foram firmados? O fato de esses cargos não estarem ocupados nos traz à tribuna para destacar a necessidade que há de concurso público, de preenchimento dessas vagas para qualificar a vigilância sanitária, a vigilância de alimentos, a vigilância de estabelecimentos comerciais. Gente, fiscalização é necessário, é fundamental para que a máquina pública funcione. Se tem cargos vagos, isso prejudica o serviço, inclusive prejudica a resposta que o prefeito quer em relação ao tipo de governo que está implementando.

Em relação ao projeto, somos favoráveis, eu sou favorável à aprovação desse projeto, é necessário que nós ampliemos a Defesa Civil. O Ver. Marcelo Sgarbossa, no projeto anterior, fez um destaque bastante contundente das modificações climáticas que terão um impacto significativo para o povo de Porto Alegre, mas eu volto a ressaltar que, na minha visão, no meu ponto de vista, nós precisamos rejeitar a emenda proposta pela bancada do NOVO. Nós não podemos extinguir esses cargos, porque eles devem ser preenchidos para que a fiscalização possa ter mais agilidade e mais eficiência. E eficiência é um dos princípios básicos da administração pública. Agradeço a atenção de todos e todas e peço a rejeição da emenda e a aprovação do projeto. Muito obrigado e boa manhã de trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLE nº 017/23.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, assistência das galerias, das redes sociais; subo para discutir a matéria da qual, de antemão, eu digo que nós temos vontade de aprovar. O NOVO entende a necessidade da Defesa Civil. Na outra matéria, subi aqui para discussão, para dizer “sim”, tanto é que votamos simbolicamente, mas questionando a questão do planejamento, dos planos. E agora, de fato, está sendo lançado um edital de concurso público, para que justamente nós tenhamos esse planejamento de Estado e não, de governo. Mas como o vereador, nobre colega, meu treinador Cassiá Carpes, subiu aqui para apontar uma suposta inconstitucionalidade, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos. A emenda não é iniciativa, então dizer que a nossa emenda é inconstitucional por vício de iniciativa não está correto na nossa interpretação. A emenda não é iniciativa. Além disso, no direito tributário, nós podemos participar do processo legislativo. E a Lei Orgânica diz que a competência privativa pode vir a ser delegável. Então, no nosso debate, nós podemos, sim, emendar. Já houve, inclusive, um debate, nesta Casa, recente, onde o argumento inicial era que uma proposição da Mesa não pode ser emendada, por questão de iniciativa. E no debate se mostrou que não, já há inclusive

jurisprudência a outros projetos que foram emendados, porque a emenda não é iniciativa, ela está colaborando com o projeto.

Ver. Cássia, se nós formos falar a respeito de inconstitucionalidade, eu vou lhe apontar algumas. Não consta na declaração do ordenador de despesa que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária, tampouco seja compatível com Plano Plurianual e LDO. O projeto também, Ver. Cassiá, é inconstitucional porque não cumpre o art. 169, da Constituição federal, pois inexistente prova de dotação orçamentária para atender as despesas desses cargos, como prevê a Constituição federal, no art. 169. Se há inconstitucionalidade, e o senhor levantou, nós estávamos quietos, nós colocamos uma emenda apenas para adequar cargos, mas se há inconstitucionalidade, há no projeto do governo, que, repito, não cumpriu o art. 169, da Constituição federal, não declarou o ordenador de despesas, conforme pedem o Plano Plurianual e a LDO.

Então, vejam, repito, nós, do NOVO, queremos votar “sim” a este projeto; nós, do NOVO, inclusive estávamos passando, assim, fazendo aquele olho entreaberto nessas iniciativas, nesses vícios de origem, e fizemos essa emenda para ajudar o governo, Ver. Alex Fraga. O senhor tem razão, a inconstitucionalidade é que Tiago e Mari não são da base. Mesmo não sendo da base, este vereador, colaborador com o governo, sempre que possível junto com a Mari, que também é colaboradora, fizemos essa emenda para ajudar a passar. Numa ponta, você corta cargos hoje ociosos, não ocupados, e aí você põe novos cargos para caber dentro da LDO. Portanto, Ver. Cassiá, obrigado por levantar esse assunto. Se há inconstitucionalidade, há por parte do governo, que não cumpre LDO e Plurianual, e não cumpre o art. 169, da Constituição federal. A nossa emenda é, sim, constitucional, porque emenda não é origem. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 017/23.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente Moisés Barboza, senhores vereadores, senhoras e senhores; eu quero também registrar aqui a presença, que me alegra bastante, do querido amigo, sempre vereador e parceiro de longa data, do Ver. Nereu D’Avila.

Estou aqui para discutir o projeto, dizendo que, claro, vou votar a favor do projeto. E a emenda da Ver.<sup>a</sup> Mari, apesar das intenções que estão corretas, ela me faz chegar aí, até porque nós estamos com a proposição de extinção de 50 cargos de agente de fiscalização, do grupo fiscalização e vigilância. Estou aqui para registrar a importância desses agentes e que a pura e simples retirada de cargos para essa categoria pode trazer sérios problemas para a gestão pública. Além do mais, se o prefeito, o Executivo encaminha cargos sem propor nenhuma supressão de outros, é porque, com certeza, ele vai – satisfação ver também o meu amigo Paulo Brum; bom te ver aí – ter onde buscar as fontes de financiamento para esses novos cargos que estão propondo, ou que está

propondo. Portanto, vou votar favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE n° 017/23.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Querido colega que preside a sessão agora, Ver. Moisés Maluco do Bem, colegas vereadores; novamente volto a esta tribuna para falar sobre Defesa Civil, nossa Defesa Civil que merece todo o nosso carinho, nosso respeito e o reconhecimento do trabalho que tem feito com poucos recursos, com pouca gente, com muita atividade. E novamente falo Defesa Civil é um braço da segurança, segurança para aqueles que mais precisam, para aqueles que acabam perdendo tudo que têm, principalmente nesses sinistros adversos de chuvarada, de enchente, de ciclone, de busca e resgate e de tantas outras coisas, querida vereadora que presta atenção aqui, que fazem; e nós aqui, vereadores, trabalhamos diuturnamente para aquelas pessoas que menos condições têm, fazendo um equilíbrio entre a economia, o empreendedorismo e a assistência social também. De certa forma, a Defesa Civil, além de socorrer, também é um braço da assistência social, porque entrega objetos, materiais, entrega aquilo que está faltando no momento de uma ocorrência climática, uma ocorrência de devastação, como há pouco no ciclone. Agora, nós não estamos falando mais em um momento de contratação emergencial, nós estamos falando na capacitação, nós estamos falando no fortalecimento e no completamento – o mais importante é isso, o completamento – de uma Defesa Civil que está capenga. Não pode a casa ter apenas o telhado, nós precisamos da base, e é dessa base que fala este projeto: ter 50 agentes capacitados, treinados em defesa civil para serem a base da casa que precisa ser construída a partir de pessoas treinadas para que, em eventos adversos, não se saia correndo feito louco, fazendo tudo de uma forma arranjada. Nós queremos uma Defesa Civil que pense estrategicamente, que tenha pontos de apoio durante o evento adverso, mas, principalmente, antes, para que essa Defesa Civil esteja pronta para qualquer tipo de ocorrência que aconteça. Então, para que isso aconteça, nós precisamos ter um quadro que nunca teve aqui em Porto Alegre – é bom a gente dizer –, um quadro de servidores que estejam ali através de um concurso, através de um curso, que sejam qualificados, para que Porto Alegre não precise, a cada sinistro, estar juntando pedaços para ver o que faz. Nós precisamos, se realmente nós queremos uma Defesa Civil que atinja o seu objetivo, de um quadro de homens e mulheres que saibam o que fazer no momento do problema. E aí, eu venho aqui e falo com todo o carinho que tenho pela Ver.<sup>a</sup> Mari, e há pouco falava para o Ver. Tiago também, os dois do NOVO, que são extremamente cuidadosos em todas as suas emendas, em todos os seus projetos, que não tem como a gente vestir um santo e deixar o outro pelado. Nesse momento os cargos da fiscalização não estão sendo utilizados, mas nós precisamos também, logo ali na frente, de uma fiscalização também fortalecida, porque hoje o que falta em Porto Alegre são fiscais – fiscalização de tudo. E



nós precisamos completar esses cargos que hoje, sim, estão em aberto. Mas como eu disse, não dá para vestir um santo e deixar o outro sem roupa. Nesse momento, estamos falando de Defesa Civil, não podemos misturar alhos com bugalhos, e aqui eu tenho todo um carinho por vocês, vou votar contra a emenda para que a gente possa, efetivamente, resolver o problema da Defesa Civil, que inclusive vem, no terceiro projeto, também falando em Defesa Civil. Então pediria aos colegas que também estudassem a emenda, com todo o carinho e respeito que eu tenho pelo NOVO, mas também que pudessem aqui ter o olhar para com a fiscalização. Eu quero uma fiscalização em Porto Alegre que seja eficiente, para ser eficiente, os cargos devem ser ocupados, que é a minha pauta, a minha conversa com o Executivo: preenchem-se logo os cargos da fiscalização, porque sem fiscalização nós temos um grande problema também em Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLE nº 017/23.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Mais uma vez, bom dia, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, inscrevo-me para discutir sobre o projeto, mas também sobre a emenda apresentada pela bancada do NOVO. Em que pese as motivações jurídicas apresentadas, eu tenho, assim como a Ver.<sup>a</sup> Biga, e por consequência a nossa bancada, uma profunda divergência no mérito, Ver.<sup>a</sup> Mari e Ver. Tiago. Vejam bem, nós estamos falando da extinção de cargos de uma carreira pública de Estado com poder de polícia, que hoje, apesar da disponibilidade de vagas, Ver.<sup>a</sup> Biga, esses cargos não têm sido ocupadas, e fazem falta no município de Porto Alegre. E nós estamos falando de uma carreira pública que atua nas mais diversas áreas do Município; essa fiscalização pode ir desde a escola até os temas de alta tecnologia da nossa cidade, passando pelas questões ambientais. E vejam bem, esses cargos não têm sido ocupados, Ver.<sup>a</sup> Mari e Ver. Tiago, com o posicionamento de outros funcionários públicos para atuação que deveria estar sendo feita pelos agentes. E esse tema, por consequência, está sendo examinado pelo Ministério Público, Ver.<sup>a</sup> Biga. Esse é um tema que está judicializado. Então, eu considero que há uma precipitação, e por isso a nossa discordância da bancada do PCdoB no mérito, porque essa é uma função pública importante que precisa ser valorizada, que precisa da efetivação da ocupação desses cargos, e por isso considero que a emenda é bastante inadequada. Nós precisaríamos estar fazendo esse debate, inclusive com a Associação dos Fiscais, com o Ministério Público e com a cidade. Mas, voltando ao projeto, eu quero insistir, porque o plenário da Câmara é o espaço de debate sobre a cidade. Nós precisamos, sim, reforçar a Defesa Civil com a garantia de servidores e servidoras no quadro, nós precisamos garantir a descentralização com a construção das 17 coordenadorias. Eu volto a dizer, nós não podemos tratar a cidade como se fosse uma só, nós precisamos descentralizar o atendimento. Volto a dizer, numa situação de adversidade não pode ter um ginásio de acolhimento. Nós precisamos descentralizar, não dá para deixar a carga da população encontrar por si própria as

soluções para enfrentar momentos de adversidade. Eu e a Biga apresentamos um indicativo ao Executivo, que eu quero aqui reafirmar, para que a Prefeitura, junto com a Defesa Civil, tenha um processo de cadastramento, para formação, capacitação da população que, nos momentos de adversidades, queira colaborar como voluntário, como voluntária, porque a sociedade civil tem sido protagonista quando o poder público tem sido ausente. Nós, quando falamos de situações de adversidade, precisamos discutir a Defesa Civil, mas precisamos garantir política social, garantir cesta básica, cobertor, alimento, agasalho, lonas, que nós vimos que faltaram nas últimas adversidades que nós enfrentamos. Nós precisamos não nos conformar que, quando a CEEE Equatorial não cumpre o seu papel, as casas de bomba, como disse a Ver.<sup>a</sup> Biga, fiquem desabastecidas. Nós precisamos que a Prefeitura de Porto Alegre garanta fornecimento de energia para que a nossa cidade não entre em colapso toda vez que chove. Por isso que reafirmo o nosso posicionamento favorável ao projeto apresentado pela Prefeitura, nosso encaminhamento contrário à emenda apresentada pelo Partido NOVO, mas este debate de conjunto que precisa ser feito. Não podemos fazer em parcela para poder atender da forma que a população de Porto Alegre precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação o PLE nº 017/23. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui pela TVCâmara. Parece que o prefeito Sebastião Melo resolveu ser prefeito nesta semana, quando ciclone veio, porque nós tínhamos é El Niño previsto para o Rio Grande do Sul, para o Brasil, há muito tempo. A gente tinha 142 áreas de risco há muito tempo na cidade, como diversos vereadores vieram trazer aqui nesta tribuna, mas, parece-me que um projeto veio no dia do ciclone. Pode isso, Ver.<sup>a</sup> Biga? No dia do ciclone, nós estamos hoje, com uma previsão de vento de 100 km/h e 9 pessoas na defesa civil, com 142 áreas de proteção na cidade precisando de proteção. Por isso o partido NOVO, na ânsia de tentar ajudar a Prefeitura, nós buscamos cargos que não estavam sendo utilizados. Quem deveria ter feito isso era o prefeito Sebastião Melo, quando mandou o Plano Plurianual para a Câmara de Vereadores para ser votado. Isso deveria ter sido feito, quando a gente votou a LDO, quando nós votamos, todo ano, o orçamento. Por que nós votamos o orçamento, se a gente emenda aqui o orçamento? Nós temos o orçamento, Ver. Ver. Pedro Ruas, e você mais do que ninguém sabe que um orçamento, nós votamos aqui. Eu, como presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul e, com a Ver.<sup>a</sup> Biga viva, como minha vice, nós estaremos trabalhando com a seriedade necessária nesse orçamento. Pelo jeito, o prefeito não sabia que ele tinha 142 áreas de risco, 9 servidores na Defesa Civil e um El Niño para vir este ano. Parece-me que ele não sabia, porque está vindo hoje um projeto que aumenta em R\$ 3 milhões o orçamento do Município e não diz de onde vai sair o

recurso. E pela seriedade do recurso público e pela seriedade do nosso trabalho na Câmara de Vereadores, que hoje o partido NOVO já estuda entrar com uma ação popular para impedir essa votação de hoje, para que o servidor da Fazenda que manda um projeto de lei assim entenda a seriedade, porque se ele busca ganhar R\$ 36 mil por mês, ele, no mínimo, precisaria trazer aqui um projeto de lei com as diretrizes da lei orçamentária sendo preenchidas, ou, no mínimo, de acordo com a Constituição. Secretário Rodrigo Fantinel, da Fazenda, onde estão os projetos que trabalham de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? Por que nós não conseguimos ser de acordo com a Constituição? Nós temos procuradores bem pagos; nós temos, tanto que as narrativas vêm aqui da base do governo dizer que a nossa emenda é inconstitucional. Mas a nossa emenda está de acordo com a Constituição, existe jurisprudência no STF. Então, a parte constitucional não vale; pode valer o mérito, como os vereadores da oposição já vieram trazer, mas a parte constitucional, quem está contra a Constituição é o governo. E eu aumento o meu tom de voz aqui, porque hoje é a Defesa Civil, e nós damos os parabéns ao trabalho de vocês, mas o governo não está fazendo um governo sério; está fazendo um governo *free style*, decide a coisa do dia para noite, toma uma decisão, e vem aqui nesse Parlamento onde tem a base do governo e vota, sim, passando sobre as regras, e nós temos regras. E o partido NOVO tem a seriedade com o pagador de impostos e entende o papel do seu parlamentar aqui. Então, para agirmos de acordo com as regras, nós esperamos a seriedade da Prefeitura, e que nesse orçamento o prefeito consiga planejar a sua Prefeitura para o último ano de mandato. Se ele não conseguiu planejar até agora, eu espero que no último ano de mandato ele consiga planejar, porque nós não estaremos mais votando sem ter a dotação orçamentária e votando sem saber da onde o dinheiro vai sair, porque nós sempre sabemos de onde saiu o dinheiro: do pagador de impostos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação nominal, determinada pela presidência, a Emenda nº 01 ao PLE nº 017/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 3 votos **SIM**; 30 votos **NÃO**.

Está registrada a intenção de ter votado “não” do Ver. Márcio Bins Ely e do Ver. Jonas Reis.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Sr. Presidente, V. Exa. e minha assessoria são muito próximas, por isso eu tenho essa liberdade, e também já consultando o Dr. Luiz Afonso. Sou novato na Casa, mas venho percebendo, em muitas votações que, ao contrário do que diz o Regimento, quem está presidindo vota na matéria, mas o nosso Regimento diz que quem preside a sessão só vota para desempate. Então eu gostaria de entender.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Já respondo: depende da matéria que está em votação. O Presidente, em algumas matérias, como neste

caso, vota; em algumas matérias, não vota. Gostaria que o diretor Luiz Afonso apenas esclarecesse quais são as matérias que o Presidente vota e quais não vota.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Inclusive, Dr. Luiz Afonso e Presidente Moisés, não falei da pessoa de Moisés. Só para entender, eu sou novo aqui.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, vereador, nas matérias em que é necessário maioria simples para aprovação, o Presidente apenas desempata, mas nas matérias em que há necessidade de maioria absoluta ou maioria qualificada, 19 ou 24 votos, aí o Presidente vota. Quais são as matérias? Por exemplo, leis complementares e, neste caso aqui, embora não seja uma lei complementar, matérias que criam cargos na administração exigem maioria absoluta. Então, nessas o Presidente vota não apenas desempate.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente, sinto-me contemplado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Só para esclarecer, este foi o fato que corrigimos a votação da moção, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, porque naquele momento não foi computada a presença do Presidente, por isso corrigimos no outro dia e demos como aprovada, porque constou a presença do Presidente na sessão.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação nominal, determinada pela presidência e solicitada posteriormente pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, o PLE nº 017/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação dos títulos honoríficos e, a seguir, passemos à apreciação do PLCE nº 015/22.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0423/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/23**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Saul Veras Bof. (SEI 025.00040/2023-31)

**Parecer:**

- da CCJ. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 10-07-23 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em discussão o [PLL nº 226/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registro que, em relação ao PLL nº 226/23, o Ver. Roberto Robaina manifestou a intenção de ter votado “sim”.

**DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0267/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 125/23**, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Kalil Sehbe Neto. (SEI 222.00032/2023-50)

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 19-06-23.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em discussão o [PLL nº 125/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em nominal votação o PLL nº 125/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL nº 411/22 na priorização de votação da presente sessão; e que seja apreciado após o PLL nº 037/22.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0256/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 120/23**, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à Sra. Mellanie Fontes Dutra. (SEI 043.00059/2023-60)

#### **Pareceres:**

- da CCJ. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 19-06-23.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em discussão o [PLL nº 120/23](#). Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 120/23. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0072/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 037/22**, de autoria do Ver. José Freitas, que dispõe sobre a concessão do Título Honorífico de Cidadão Emérito do Município de Porto Alegre-RS ao Ilustríssimo Senhor Itamur de Campos Rodrigues. (SEI 034.00054/2022-65)

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relatora Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relatora Ver<sup>a</sup> Daiana Santos: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 04-05-22.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em discussão o [PLL nº 037/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 037/22.

**Vereador José Freitas (REP):** Só para esclarecer para os meus colegas, o Sr. Itamur é um grande artista plástico que fez a estátua do Fernandão, e eu preciso do voto dos gremistas também.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Vou pensar. O Ver. Alvoni Medina diz que, com esse detalhe, ele está saindo do plenário.

Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

Parabéns, Ver. José Freitas e colorados que apreciam a estátua do Fernandão.

**DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0848/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 411/22**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Sr. Mathias Elter. (SEI 021.00240/2022-15)

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;

- da CECE. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, **voto favorável de dois terços dos membros da CMPA** – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 03-05-23.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em discussão o [PLL n° 411/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registramos a intenção do Ver. Engº Comassetto em ter votado favoravelmente ao PLL n° 037/22.

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO):** Registro a minha intenção em ter votado favoravelmente ao PLL n° 037/22.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Agradeço a sensibilidade do Presidente e dos colegas vereadores e vereadoras para incluir o título.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**.

Teríamos a inauguração do prédio dos serviços à tarde, mas devido às chuvas, o Presidente Hamilton Sossmeier achou melhor transferir o ato.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda n° 01, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE n° 015/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 01 ao PLCE n° 015/22.

Apregoo a Emenda n° 02, de autoria do Ver. Pedro Ruas, ao PLCE n° 015/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 02 ao PLCE n° 015/22.

Apregoo a Emenda n° 03, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLCE n° 015/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n° 03 ao PLCE n° 015/22.

Apregoo a Emenda n° 04, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE n° 015/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Mensagem Retificativa n° 01 ao PLCE n° 015/22.



Eram essas as matérias a serem apregoadas, Sr. Presidente.

**VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 12h35min.)